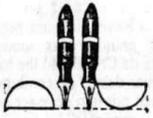


Ulysses cala para ouvir a voz das ruas

O silêncio recente do deputado Ulysses Guimarães quanto à sorte do mandato do presidente José Sarney começa, aos poucos, a produzir barulho. Em novembro passado, às vésperas da votação do mandato na Comissão de Sistematização da Constituinte, Ulysses repetiu que era favorável aos cinco anos — mais que isso, cabalou alguns votos que pareciam se inclinar na direção dos quatro.



Fez isso, por exemplo, com o voto do deputado José Serra (PMDB-SP), que acabou engrossando o bloco dos quatro anos. Por influência direta de Ulysses, o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) votou a favor dos cinco. Gasparian, agora, está à espera de uma audiência com o presidente da República para informá-lo, pessoalmente, que votará no mandato de quatro anos quando a questão for submetida ao exame do plenário da Constituinte.

— Votei antes nos cinco porque Sarney me garantiu que o Brasil não bateria às portas do FMI — desculpe Gasparian. — Como vamos ao FMI, votarei nos quatro.

Dos cinco para os quatro anos, começou a caminhar o deputado Ulysses Guimarães desde que retornou do Natal em Nova Iorque. “Temos que levar em conta o sentimento das ruas”, sinalizou Ulysses logo ao desembarcar no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. O silêncio de Ulysses, desde então, provocou os seguintes ruídos:

- Ostensivamente, fez questão de não se meter com a indicação do sucessor do professor Bresser Pereira no Ministério da Fazenda, deixando Sarney à vontade para nomear Mailson da Nóbrega.
 - Alegou que tinha de presidir uma sessão da Constituinte para escapar à cerimônia de posse do novo ministro da Fazenda. A sessão não tinha importância e a ela compareceram pouquíssimos constituintes.
 - No seu primeiro e único encontro oficial até agora com Mailson, condenou a hipótese de o Brasil retornar ao FMI. O Brasil retornará ao FMI, como já está mais do que claro.
 - “Assinatura não é voto”, disparou o deputado quando o governo comemorava as 316 assinaturas de apoio à emenda que confere cinco anos de mandato a Sarney.
 - Manobrou para esvaziar a articulação do governo em favor da inversão da pauta na Constituinte que apressaria a definição do mandato de Sarney. A inversão poderia favorecer os cinco anos.
 - Os estrategistas do governo jogam com a possibilidade de o processo constituinte arrastar-se até o final do ano, inviabilizando a eleição presidencial em novembro. “Constituição, já”, prega Ulysses.
 - Como Gasparian, o deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara, votou a favor dos cinco anos na Comissão de Sistematização. Ibsen insinua, agora, que poderá votar nos quatro.
 - Há uma semana, Ulysses liberou seu principal assessor jurídico, Miguel Reale Jr. para participar do comitê suprapartidário favorável às diretas em novembro próximo.
- “Ulysses está escutando a voz da sociedade que quer eleições logo”, confidencia Reale Jr. No início da

semana passada, Ulysses soube que todas as seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, inclusive a do Maranhão, concordaram em liderar a campanha popular por diretas para presidente este ano. “Dr. Ulysses, adira logo às diretas ontem”, provocou na última sexta-feira, em encontro casual no saguão da Câmara dos Deputados, o advogado Carlos Eduardo Moreira, vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo. Ulysses sorriu.

Do senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, Ulysses recebeu cópia de uma pesquisa sobre o altíssimo índice de rejeição popular do governo e informações sobre a posição majoritária dos empresários que querem os quatro anos. “Tenho um compromisso com Sarney de apoiar os cinco anos”, esquiu-se Ulysses na última quinta-feira em conversa com o deputado Cunha Bueno (PDS-SP). “O mandato de quatro anos está crescendo muito”, admitiu, mais tarde, para o deputado Gasparian.

— Essas candidaturas que estão postas por aí não têm densidade, são coisas para ocupar espaço nos jornais — comentou Ulysses com um político de sua confiança no último fim de semana. “Elas não resistirão a um confronto com uma candidatura forte que uma todo o PMDB”.

Não disse mas não é difícil adivinhar que imagine que a candidatura forte que uma todo o PMDB seja a dele, a de mais ninguém. Ulysses sabe que se a escolha do sucessor de Sarney ficar para 1989, o PMDB terá vários outros candidatos no páreo — entre eles, o governador Orestes Quêrcia. A chance de Ulysses é agora mas, para isso, terá que preservar a unidade do PMDB ameaçada pelos que desejam que a legenda rompa com o governo.

— Nessa história de mandato, o importante é evitar o estilhaçamento do partido — preocupa-se Ulysses.

PINGA-FOGO

- Do deputado Gilson Machado (PFL-PE), um dos líderes do *Centrão*: “É impressionante como o mandato de cinco anos para Sarney está degringolando rapidamente aqui na Constituinte”.
- O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) desistiu de votar a favor do parlamentarismo. “O parlamentarismo está servindo de biombo para os
- que ainda querem dar cinco anos para Sarney”, acha Lyra.
- “Se der presidencialismo, dará quatro anos para Sarney”, aposta o senador Marco Maciel, presidente do PFL.
- “Voto quatro anos para Sarney se o parlamentarismo for recusado”, reafirma o senador Afonso Arinos (PFL-RJ).
- Do deputado Israel Pinheiro Filho (PFL-MG), um dos mais exaltados adversários da manutenção do presidencialismo: “É, estou vendo o parlamentarismo se desmanchar”.
- Do “radical de Araxá” sobre a nota da CNBB: “Da Igreja, só restam com Sarney os devotos de São Francisco”.

Ricardo Noblat

Estabilidade tem fórmula que pode unir esquerda e ‘Centrão’

BRASÍLIA — Uma fórmula intermediária para a redação do artigo sobre garantia no emprego começou a ser estudada ontem à tarde e deverá ser posta hoje na mesa de negociações que reunirá, pela segunda vez, (a primeira foi ontem de manhã) representantes de grupos e partidos da Constituinte e o Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar — Diap, que participa na condição de portavoza dos sindicatos de trabalhadores.

No texto permanente da Constituição ficaria estabelecida a proteção da relação de emprego contra dispensa imotivada mediante indenização compensatória, nos termos da lei, sem prejuízo de outros direitos. Com essa redação, ficariam atendidas a esquerda e a liderança do PMDB que, com apoio dos sindicatos, não abrem mão da consagração do princípio de garantia no emprego. Seria contemplado também o *Centrão* que, apoiado por parlamentares empresários que não fazem parte do grupo como o senador Albano Franco (PMDB-SE) e o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), insiste na fixação do princípio do pagamento de indenizações. O *Centrão* teme que, se não ficar estabelecido este princípio, a esquerda consiga aprovar a estabilidade na legislação ordinária.

Indenização — Para as disposições transitórias, ficariam as definições de mecanismos de indenização até que a legislação ordinária estabeleça a forma definitiva. O PMDB tende a apoiar a proposta de Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ) de pagamento de um salário por ano de serviço, mas a esquerda quer que além do salário seja pago o aviso prévio e uma multa de 40% sobre o FGTS no caso de demissões imotivadas.

Na reunião de ontem de manhã, a divergência em torno dos dois princípios foi a causa do momento de maior constrangimento. Ao fazer a defesa veemente do princípio da estabilidade, o diretor técnico do Diap, Ulysses Riedel, cobrou do *Centrão* uma solução para a rotatividade de que, segundo ele, não acabará com o pagamento de indenizações “pois o empregador acabará repassando os custos ao consumidor”. Disse que “a indenização não interessa ao trabalhador” e foi apertado com dureza por Afif: “Não interessa para você que é um homem rico.” Os ânimos só não esquentaram de vez porque o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) interferiu esclarecendo que Ulysses falava em tese.

Embora seja o mais polêmico, a esta-

bilidade foi ontem o ponto que menos tempo tomou nas quatro horas de reuniões. O Diap fez uma exposição sobre as reivindicações dos sindicatos, que na maioria implicava a retomada do texto da Comissão de Sistematização e coincidia com a posição da esquerda e da liderança do PMDB, e os grupos como *Centrão*, *Entendimento* e *Grupo dos 32* ficaram de examiná-las e voltar a discutir hoje já na condição de representantes autorizados a fechar ou não acordos.

□ A bancada do PT que fechou acordo com o *Centrão* e a liderança do PMDB para a votação do Título I (Dos Princípios Fundamentais), decidiu que não participará mais de entendimentos que tenham como base o projeto apresentado pelo *Centrão*. Segundo deputados do PT, os acordos que estão sendo feitos com base no texto do *Centrão* “fortalecem as posições conservadoras”. Eles acham que o ponto de partida para as votações tem que ser o texto aprovado na Comissão de Sistematização. Para os petistas, se o PT votar nas emendas do *Centrão*, “o partido se arrisca a confundir a sociedade e desmoralizar seus movimentos de pressão política”.

Convergência nos pontos polêmicos

Apesar de não ter sido firmado acordo, as negociações em torno dos seis artigos do capítulo II do título II, que trata dos direitos sociais na Constituição, mostraram que os grupos estão dispostos a ceder. Eis como está hoje a situação:

Jornada de Trabalho — A Sistematização e o *Centrão* estabelecem 44 horas semanais, mas a esquerda quer 40 horas. Ontem o deputado Paulo Paim (PT-RS) deixou claro que é possível manter as 44, desde que conste a ressalva de que as convenções coletivas poderão negociar uma jornada menor.

Turnos especiais — O *Centrão* está disposto a reexaminar sua posição contra a jornada máxima de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

Hora extra — A esquerda quer 100%

de pagamento adicional. O *Centrão* quer 50%, mas já concorda em introduzir no texto que o pagamento será de “no mínimo” 50%.

Férias — Chegou-se a uma proposta intermediária. Nem o pagamento em dobro, como quer a esquerda, nem o salário puro e simples, como é hoje e quer o *Centrão*. O deputado Gastone Righi (PTB-SP) tem uma emenda, que poderá ser aceita, estabelecendo o pagamento de adicional de um terço do salário.

Automação — A Sistematização diz que o trabalhador terá participação nas vantagens decorrentes da automação nas empresas. O *Centrão* dá proteção ao emprego e à remuneração em virtude de modificações ocorridas em função da automação. O acordo é juntar os dois textos, garantindo as vantagens, o emprego e a remuneração.

Acidente de trabalho — O *Centrão* se mostrou disposto a aceitar o pagamento não só do seguro pelo empregador, mas também de uma indenização suplementar ao acidentado.

Ações trabalhistas — A esquerda quer a imprescritibilidade, o *Grupo dos 32* e o *Entendimento*, cinco anos a contar da ocorrência de lesão e dois anos depois de terminado o contrato e o *Centrão* quer dois anos de prazo a partir da lesão. O PT ontem concordou em estabelecer um limite para as prescrições.

Empregados domésticos — O *Centrão* está disposto a conceder a esses trabalhadores os mesmos direitos que estabelecer para os outros na Constituição. Em seu projeto original, o *Centrão* deixava para a lei ordinária praticamente todos os direitos dos empregados domésticos.

Senado nega verbas a quem defende 5 anos

BRASÍLIA — O Senado Federal vai obstruir a concessão de empréstimos aos governadores que apoiam cinco anos de mandato para Sarney até a sua substituição por um presidente eleito diretamente. A informação é do senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), pouco depois de o plenário decidir deixar para amanhã a tentativa de aprovar a concessão de 3 milhões 427 mil 456 OTNs em empréstimos para estados e municípios. “Nós obstruímos não pelo prazer de obstruir, mas porque não podemos ficar de braços cruzados quando o governo discrimina os que querem quatro anos de mandato para Sarney”, acrescentou o senador Ronan Tito (PMDB-MG).

A obstrução da votação de ontem foi provocada por um senador favorável aos cinco anos e cujo estado — o Acre — tem sido beneficiado por verbas federais, o senador Nabor Junior (PMDB). Prevendo que Mansueto de Lavor (PMDB-PE) ia obstruir a pauta, Nabor resolveu fazê-lo antes, quando ia entrar em votação uma matéria que interessava à maioria. Era um requerimento do senador Jamil Haddad (PSB-RJ) para que o ministro das Comunicações explique os critérios que usa para a concessão de rádio e televisão. Nabor pediu verificação de quórum. Como não havia, as votações foram canceladas e 16 empréstimos deixaram de ser aprovados, dois para o Acre. Mansueto de Lavor disse que os CZ\$ 5,5 bilhões destinados a Pernambuco, que estão sendo retidos pelo governo federal, custarão caro às vítimas da seca, porém mais caro ainda ao governo federal.

PV quer Osmar Santos candidato a prefeito

SÃO PAULO — “Ser candidato a prefeito, tudo bem. Meu problema é se ganhar”, brincou o comentarista esportivo Osmar Santos, o locutor das diretas, ao confirmar ter recebido três convites que o levam a analisar a possibilidade de concorrer à sucessão do prefeito Jânio Quadros pelo Partido Verde (PV).

As propostas vieram do escritor Fernando Gabeira — que o convidou duas vezes — e de Sandra Feldena, a *Cicciolina* pernambucana, candidata do PV à Prefeitura de Recife, com quem Osmar se encontrou na última segunda-feira. Ele se decidirá até o final da próxima semana, após uma reunião com a cúpula dos verdes no Rio de Janeiro.

“A decisão”, antecipa Osmar “depende desse encontro com o Gabeira, mas é muito difícil que eu aceite porque, candidato teria de mudar toda a minha vida”. Locutor oficial da campanha pelas diretas, tendo percorrido todo o país em 1984, ele não vê como compatibilizar a candidatura à Prefeitura de São Paulo com suas atividades profissionais.

Decepção — Osmar diz que precisa pensar também nas cerca de 100 pessoas que trabalham com ele no *Osmar Santos Show*, que apresenta aos sábados, na Rede Manchete; no *Programa esportivo* e em *Balance*, programas diários nas rádios Record e Gazeta.

“Vou pensar bem se esse é o melhor caminho para ajudar o PV. Quero que o partido cresça, acho muito interessante a sua proposta, mexe muito comigo esse negócio de ecologia, a vida das pessoas, a melhoria de suas condições sociais, essas são preocupações constantes minhas”, acentua o locutor, já em tom de candidato.

Osmar Santos diz até que formaria “uma boa dobradinha” com a roqueira Rita Lee — um candidato a prefeito, o outro a vice — que tem falado na possibilidade de também concorrer à cadeira de Jânio pelo PV. “Mas o meu problema”, explica ele, “é que estou desiludido demais com a política e os políticos. Eu realmente acreditava que aquela campanha das diretas ia mudar a cara do país, e nada disso aconteceu. Então, a minha vontade é jogar a toalha”.

Osmar acrescenta que seu sentimento de decepção inclui o PMDB, ao qual se filiou com entusiasmo. “Acho que o partido está completamente deteriorado, e fico me perguntando: será que a política tem de ser feita assim, ter um discurso na oposição e esquecê-lo por completo, ter outro quando se chega ao governo, como fez o PMDB?”.



Osmar Santos

Racismo passa à categoria de crime sem fiança

BRASÍLIA — Os deputados Benedita da Silva (PT-RJ) e Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) foram os heróis de ontem da Constituinte ao conseguirem a aprovação da emenda, de autoria de ambos, que torna o racismo crime inafiançável. A proposta teve 519 votos a favor e três contra — Paes Landim (PFL-PI), Ziza Valadares (PMDB-MG) e Sadie Hauache (PFL-AM) — e uma abstenção regimental — a do deputado Ulysses Guimarães.

A emenda diz que “a prática do racismo constitui crime inafiançável, sujeito a penas de reclusão, nos termos da lei”. No final da votação, Bené e Caó, como são carinhosamente chamados pelos companheiros, abraçaram-se emocionados.

Em seguida, entrou em pauta a proposta dos deputados Agassiz Almeida (PMDB-PB) e Oswaldo Trevisan (PMDB-PR), e do senador Ronan Tito (PMDB-MG), fundida em uma só emenda, que retirava a expressão “direito adquirido” do parágrafo que assegurava que “a Lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada”.

Ronan Tito, defendendo a emenda, afirmou que “a manutenção dessa expressão prejudica o povo e assegura os direitos dos *marajás*, Nelson Jobim (PMDB-RS) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG) discursaram contra a retirada da expressão com dois argumentos básicos: “o direito adquirido é uma tradição constitucional e um princípio básico da ordem jurídica”.

O relator Bernardo Cabral deu parecer contrário à proposta de Ronan Tito, que perdeu por 390 votos a 121.



Jorge Uequed (D) barra investida de Jefferson

Deputados trocam ofensas

Prisão de petebista em greve paulista tumultua o plenário

Parlamentares do *Centrão* e de grupos que se intitulam progressistas trocaram ofensas e palavrões no plenário da Constituinte e por pouco não saem no tapa. O tumulto foi provocado pela prisão, em São Paulo, do deputado Mendes Botelho (PTB-SP), presidente do Sindicato dos Ferroviários, categoria que está em greve. Roberto Jefferson, um petebista do *Centrão*, ameaçou investir contra o senador José Fogaça (PMDB-RS), enquanto Juarez Antunes (PDT-RJ), escolhia para alvo Joaquim Bevilacqua (PTB-SP).

Foi depois que o líder do PTB, deputado Gastone Righi, pediu providências à Mesa da Assembleia, com relação à prisão de Mendes Botelho, que a confusão começou. Gastone invocou o instituto da imunidade parlamentar e criticou o governo de Orestes Quêrcia pela ação da Polícia Militar. O presidente em exercício da sessão, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), respondeu que as providências já haviam sido tomadas. O senador José Fogaça pediu, então, a palavra:

— Quero me solidarizar com o colega do PTB por protestar contra a prisão de um constituinte, porque as imunidades são invioláveis. Mas estou admirado com a posição do nobre deputado Gastone Righi, já que o mesmo assinou a emenda do *Centrão* que proíbe a greve de funcionários públicos. E os ferroviários são funcionários públicos.

Ofensas — Foi o suficiente. O deputado Roberto Jefferson, ao lado de Gastone e fora do microfone começou a gritar:

— Senador de m..., cala a boca.

O deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) veio em socorro de Fogaça, postou-se à frente de Jefferson e sussurrou quase sem abrir a boca, em tom muito baixo, segundo contou depois:

— Cala a boca, fica quietinho, olha a lista da Cobal.

Jefferson se acalmou, mesmo já tendo retirado o óculos. Mas Gastone, no microfone, descarregou toda a sua irritação contra o senador Fogaça:

— Esse senadorzinho menor, de idéias pequenas, está distorcendo os fatos. Os ferroviários são CLT e não funcionários públicos, temos que estabelecer a verdade. Este é o jogo da esquerda canalha, da esquerdalha.

Nesse momento, Fogaça foi afastado do centro da confusão por vários deputados e foi consultado o líder Mário Covas:

— Isso não é assim, eu vou ficar como covarde nessa história.

— Calma, depois você volta, deixa a coisa esfriar, aconselhou Covas.

Satisfações — O líder do PDS, deputado Amaral Neto, que chegava ao plenário, quis saber o que o deputado José Genoíno (PTB-SP), que estava na turma dos bombeiros, tentando acalmar a situação, fazia ali. Jefferson veio em defesa de Genoíno. “Ele é gente nossa, não briga com ele”, provocando um início de descontração no local.

Quando tudo parecia que iria se normalizar e a deputada Beth Azize (PSB-AM) tentava discursar com o consentimento do presidente, o deputado Juarez Antunes partiu contra o deputado Joaquim Bevilacqua, mas foi agarrado pelos deputados Vivaldo Barbosa e Carlos Alberto Caó de Oliveira, ambos do PDT fluminense. Já fora dos microfones, Righi esbravejava novamente contra Fogaça. “Senador de m...”, Fogaça não se conteve, voltou e provocou:

— Vamos discutir no microfone, em alto nível, politicamente. Nós estamos aqui para isso e não para dar esse tipo de espetáculo.

A deputada Beth Azize ficou irritada por não ter a palavra assegurada pela Mesa. Retirou-se da tribuna. O líder do PCB, Fernando Santana tentou discursar sobre os trabalhadores da empresa Araraquã e depois de três tentativas, como as discussões em plenário persistiam, não se conteve:

— Esse plenário virou um ringue de box. Assim não dá. Ninguém pode falar aqui nessa coisa. Querem decidir tudo no tapa ou no tiro — provocando risadas gerais no plenário e a dispersão dos grupos mais exaltados.

O que foi aprovado

TÍTULO II
DOS DIREITOS E
GARANTIAS INDIVIDUAIS
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS
INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 6º — Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Parágrafo 1º — Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Parágrafo 2º — A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais. A prática do racismo constitui crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Parágrafo 3º — A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Parágrafo 4º — A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada.

Parágrafo 5º — É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Parágrafo 6º — É inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, proteção aos locais de culto e as suas liturgias particulares.